



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 18 17.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 30 de abril de 2012**

Aos trinta dias do mês de abril, do ano dois mil e doze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes Membros: Paula Tomaz (em substituição de Antero de Figueiredo Marques Teixeira, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), José Chambel Tomé (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, João Luís Pina (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Luís Manuel Madeira Pargana, José Cavalheiro (em substituição de Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Maria Conceição Barradas Grilo, Cristina Nabais (em substituição de João Filipe Gonçalves Jesus, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Luís David Trindade de Moreira Testa, Odete Rolo (em substituição de Miguel André Telo de Arriaga, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Adriano da Graça Mourato Capote, José Manuel Ceia (em substituição de Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Manuel Morujo (em substituição de Catarina Alexandra Dias, António Fernando Ceia Biscainho, Manuel Morujo (em substituição de Carlos Alberto da Conceição Afonso, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, António Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, António Maria Petas Chaparro, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

#### **Eleição da Mesa:**

Na sequência da falta de dois membros da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a constituição da Mesa. O resultado foi o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presidente da Mesa da Assembleia: Adriano Pedro; 1.º Secretário: João Janeiro; 2.º Secretário(a): Cristina Nabais. -----

O Presidente da mesa, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, deu início aos trabalhos, eram 21:00 horas, altura em que foi efetuada a chamada. Seguidamente, deu conhecimento dos vários pedidos de substituição dos Membros que não puderam estar presentes naquela sessão. Foram ainda distribuídos pelos membros os documentos respeitantes às contas do MMPO e duas deliberações da reunião do Executivo camarário. -----

### **Intervenção do Público:**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Sr. Presidente da Assembleia, a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. No entanto, não estava público presente na sala.

### **Período antes da Ordem do Dia:**

O Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente recebido até à data. Um dos ofícios dizia respeito ao pedido de demissão de Maria Guiomar Simplício, indicada pela CDU para a CPCJ. Solicitou à CDU que indicasse um nome para substituir, na respetiva Comissão. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse terem já um nome para indicar. No entanto, não tinham ali os dados completos, os quais fariam chegar posteriormente. Portanto, o nome que indicavam era o da Educadora Cármen Pilré. -----

O Presidente da Mesa informou acerca de outro assunto, da parte da Junta de Freguesia de São Julião e que dizia respeito a um abaixo-assinado contra a agregação da própria Junta, alegando o facto da população ser idosa e de não disporem de meios financeiros, nem de transportes próprios e públicos. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista disse querer apresentar uma proposta, subscrita por si e pelo membro Luís Testa, a qual dizia o seguinte:

### **Proposta:**

Tendo em conta as raízes culturais que remontam a tradições seculares no nosso Concelho, propõe-se que a tauromaquia seja declarada património cultural e imaterial do Concelho de Portalegre.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 22 votos favoráveis e 7 abstenções, aprovar a Proposta apresentada. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro informou que o PS pretendia apresentar uma Moção, que referia o seguinte:

### **Moção:**

Na passagem do 38.º Aniversário do 25 de abril, a Assembleia Municipal de Portalegre louva a ação dos Capitães que colocaram termo à ditadura, devolvendo Portugal à democracia e perspetivando um futuro por muitos sonhado.

No uso da palavra, Luís Pargana disse que os eleitos da CDU subscreviam o texto daquela Moção favoravelmente. No entanto, não quis deixar de referir que o 25 de abril era, evidentemente, muito mais do que um feriado nacional. Foi o dia em que se instituiu a liberdade e a democracia no País e que deu origem à consagração das instituições democráticas e que exercem o poder nos seus diferentes níveis, nomeadamente o poder autárquico. Era o dia que permitia que, por exemplo, ali estivessem todos reunidos a discutir os assuntos de interesse para as populações no Concelho de Portalegre. Portanto, não era um dia como outro qualquer. Na sua perspetiva, aquele dia devia merecer uma atenção especial por parte dos órgãos autárquicos. Evidentemente, a Câmara Municipal de Portalegre tem mantido ao longo dos anos a realização das cerimónias oficiais e protocolares mas, na sua opinião, poderia ir mais além uma vez que o 25 de abril foi uma revolução popular, que envolveu o povo português. Portanto, poderiam ir mais além no festejo da data e, pelo menos nas sessões oficiais, ter uma divulgação no sentido de chamar a atenção das pessoas que a Câmara Municipal também comemora aquele dia. Lamentou o facto de tal não ter acontecido este ano e chamou a atenção ao Executivo para que tal silêncio, pelo menos na internet, não se voltasse a repetir. Disse ainda que, no dia seguinte, também se comemorava outro feriado, o qual significava mais do que um mero feriado nacional, que era o “Dia do trabalhador” e que deveria ser respeitado como tal. Infelizmente, na Cidade, nem todos pensavam assim, nomeadamente as grandes superfícies comerciais, as quais insistiam em aproveitar aquele dia para aumentarem os seus lucros, o que era lamentável.

No uso da palavra, António Baptista pretendeu justificar a sua ausência nas comemorações do 25 de abril, uma vez que se encontrava em trabalho, fora do continente. Contudo, disse que o CDS esteve bem representado e não podiam deixar de marcar presença porque, como qualquer pessoa nascida em democracia, prezava o facto de se estar a viver naquele regime. No entanto, quanto mais simples eram as moções, mais aptas se tornam mas, que por vezes, era ao contrário, pois de tão simples que eram, cabia lá dentro tudo e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mais alguma coisa. Em conclusão, não iria votar nem favoravelmente nem contra a moção do PS; primeiro porque se congratulava por viver em democracia; em segundo porque, de tão “aberta” que estava a Moção do PS, deixava lá dentro outros que queriam consubstanciar outra ditadura e não o regime democrático atual. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 25 votos favoráveis e 5 abstenções, aprovar a Moção apresentada pelo PS. -----

No uso da palavra, Luís Testa pediu autorização à Mesa para apresentar uma outra Moção, que dizia o seguinte:-----

### **Moção:**

Na celebração de mais um 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, a Assembleia Municipal de Portalegre é solidária com o esforço de tantos que, com o seu trabalho, contribuem para o crescimento e o sucesso. Quando os dias são difíceis e exigem compromisso e esforço de todos, não se confundam regalias com direitos e se continue a defender os que tanto dedicam e mais merecem.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pelo PS. -----

No uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que a CDU tinha uma Moção para submeter à Assembleia a propósito da nova versão da legislação que previa a extinção de Freguesias. Passou a ler:-----

### **Moção:**

A Assembleia da República aprovou, no dia 13 de Abril com os votos favoráveis do PSD e CDS, a Proposta de Lei nº 44/XII que aponta para a extinção de centenas de freguesias.-----

Esta legislação, a ser promulgada pelo Presidente da República e a ser aplicada, representaria um grave atentado contra o poder local democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local.-----

Considerando que, ao contrário do anunciado «reforço da coesão», daqui resultariam mais assimetrias e desigualdades. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos – em áreas urbanas ou rurais – traduzir-se-ia em mais atração para os primeiros (os que sobreviverão como freguesias) e mais abandono dos segundos (os que verão as suas freguesias liquidadas). Ou seja, mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos tem e menos pode. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Considerando que, ao contrário dos «ganhos de eficiência e de escala» que resultariam da «libertação de recursos financeiros», ter-se-ia menos proximidade e resposta direta aos problemas locais com menos verbas e recursos disponíveis. Para além do novo corte de verbas do Orçamento do Estado previsto para 2013, as chamadas majorações de 15% para as freguesias "agregadas" sairiam do montante global do Fundo de Financiamento das Freguesias, ou seja, seriam retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias, e mesmo as prometidas novas competências seriam construídas à custa das verbas dos municípios. -----

Considerando que qualquer reforma administrativa do território deveria, ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições e afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências, que hoje lhe são negados, e ao mesmo tempo concretizar a regionalização como a Constituição da República determina, indispensável a um processo de descentralização, coerente com uma racional reforma da administração pública, ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal. -----

Considerando que as freguesias representam menos de 0,1% do total do Orçamento do Estado – e em nada contribuem para a dívida pública, mais clara fica a intenção do governo – atacar o poder local e o direito das populações ao bem-estar e à satisfação das suas necessidades locais. -----

Considerando que a liquidação de centenas de freguesias representaria um enorme empobrecimento da participação democrática (traduzido na redução de cerca de 20 mil eleitos); enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica), o abandono ainda maior das populações, acentuando a desertificação e, ainda, mesmo que o neguem, um ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias que o Governo pretende extinguir têm no horizonte o despedimento ou a mobilidade). -----

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 30 de Abril de 2012, delibera: -----

1 – Manifestar a sua oposição a qualquer proposta de extinção de freguesias e afirmar a defesa de todas as atualmente existentes na área do concelho de Portalegre, por aquilo que representam para as populações, reiterando a necessidade do reforço das suas competências acompanhado dos respetivos meios financeiros. -----

Nenhum órgão autárquico foi eleito com o mandato para extinguir freguesias. Como já se insinua, hoje estão em causa as freguesias, amanhã serão os municípios. -----

2 – Exortar a ANAFRE e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses a rejeitem cumplicidade com este processo, não indicando representantes para a chamada "Unidade Técnica". -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

3 – Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta legislação em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista afirmou que iria votar contra a Moção apresentada e iria, mais tarde, justificar-se na declaração política que pretendia apresentar. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 7 votos contra, 3 abstenções e 21 a favor, aprovar a Moção que a CDU apresentou.-----

### **Declaração de Voto** – António Biscainho (PSD)

Concordo com alguns dos considerandos desta Moção, entretanto há outros com que não estou de acordo e alguns aspetos também que, neste momento, desconheço, que podem resultar da lei. Pessoalmente, penso que é negativo que haja extinção de Freguesias, mas já concordo que haja fusão de Freguesias urbanas. O meu voto contra prende-se, sobretudo, com a forma como é apresentado o texto, nos aspetos específicos colocados à votação.----

### **Declaração de Voto** – António Oliveira (PSD)

Subscrovo o que disse o meu colega António Biscainho. Em todo o caso e salvaguardando o facto de que esta Moção podia aqui ser discutida durante cinco ou seis horas. Eu penso que este assunto é por demais importante e merece um debate mais alargado e abrangente para se reduzir aqui à aprovação de uma Moção. Só por isso é que votei contra, mas concordando com muitos dos considerandos nela contidos.-----

### **Declaração de Voto** – Miguel Monteiro (PS)

O Partido Socialista e o seu grupo municipal ao aprovar esta Moção mais não fez do que agir em coerência com aquilo que tem sido a nossa atitude nesta Assembleia Municipal, quando este assunto tem aqui sido discutido. Há, desde logo, uma questão que nós sempre tentámos salvaguardar na discussão política desta reforma e que é o método usada para efetuar a mesma. Portanto, resumindo-se praticamente a uma mera fórmula aritmética, desde logo está a amputar uma saudável discussão que, eventualmente, pudesse ser feita em torno da reforma administrativa, não salvaguardando desta forma os interesses das populações e, muito em particular, os interesses das populações das Freguesias rurais mais isoladas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Declaração Política** – António Baptista (CDS)

Celebrou no passado dia 25 de abril, 38 anos sobre a data em que se comemora em Portugal o “Dia da Liberdade”. Do meu ponto de vista, um dos aspectos mais importantes que o 25 de Abril trouxe foi o poder autárquico por escolha dos cidadãos. Neste sentido e tendo em conta que nos encontramos num período em que se está a reestruturar o mapa autárquico, em que se está a proceder a uma profunda revolução em termos de autarquias, em termos de Freguesias e em termos de conceitos de poder autárquico, é importante não esquecermos que o poder autárquico não se pode manter estanque ao longo dos anos. Nós temos um bom exemplo no nosso Distrito de há uns séculos atrás, que foi Mouzinho da Silveira. Mouzinho da Silveira desenvolveu, quando muitos se viravam contra ele, uma reforma autárquica que hoje em dia todos nós reconhecemos como indispensável. É normal que quem gosta de fazer reformas e pensa que as mesmas são o melhor para as sociedades em prática, as sociedades não o saibam reconhecer na devida altura. Mas tal como Mouzinho da Silveira não se importou com as críticas que lhe faziam, pensando sim no futuro do País, também penso que é demasiado importante esta reforma que se está a fazer, independentemente de poder ser alvo de críticas, muitas delas injustas e outra que roçam o inaceitável. Não se pode confundir legitimidade democrática com vontade de mudança; não se pode confundir o que é uma vontade em mudar o mapa autárquico, porque se percebe que ele está desajustado da realidade do País, quer seja em termos sociais, quer seja em termos demográficos ou económicos, aquilo que é a democracia. A democracia é precisamente isso: é evoluir, é avançar, é não ficar estanque nem ficar agarrado a amarras do passado. Por isso mesmo, no dia em que se celebra em Portugal a Democracia, é necessário perceber o quão importante é uma nova reforma autárquica, para que ela abranja os concelhos e as freguesias. Não posso também esquecer que, hoje em dia, Portugal se encontra sob um período de ajuste económico, forçado por medidas erradas, ao longo dos últimos anos de governação. Nesse sentido, a liberdade de dispormos da nossa independência financeira é a conquista que urge fazer. A igualdade de, perante os nossos parceiros, ficarmos economicamente sustentáveis, tornando-nos mais próximos da média europeia e da sua realidade, nomeadamente em termos laborais, sem nunca esquecer a importância da fraternidade das medidas sociais que vão ao encontro daqueles que mais precisam, é a maior responsabilidade que todos nós hoje podemos concretizar. E não nos podemos esquecer que a liberdade não é um conceito adquirido, nem um conceito que se possa garantir para sempre se não se for cultivando dia-a-dia e preocupando com o futuro que daí advém.-----

Solicitando o uso da palavra, António Chaparro quis apresentar à Mesa uma Moção, a qual tinha a ver com a possibilidade que surgiu ultimamente no Município, relativamente ao encerramento de escolas do 1.º ciclo e pré-primárias. Dizia o seguinte:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Moção:**

Considerando que:

- 1.º - A Educação é um direito inalienável e universal, conducente a maiores índices de desenvolvimento, de participação e de emancipação;-----
- 2.º - Recursos educativos com boas condições de funcionamento, passíveis de boas práticas pedagógicas e educativas são essenciais para o fortalecimento de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igualitária de oportunidades; -----
- 3.º - A existência de recursos educativos, próximos das comunidades, conduz a uma maior participação dos intervenientes;-----
- 4.º - A existência de recursos educativos próximos é um fator de localização e fixação de populações e de desenvolvimento social;-----
- 5.º - Os espaços escolares assumem um papel de maior preponderância quando localizados em meios rurais;-----
- 6.º - O desenvolvimento de atividades educativas em meios rurais permite o intercâmbio geracional;-----
- 7.º - A deslocalização prematura de crianças do seu seio comunitário e educativo conduz, na generalidade das situações, à diminuição da aquisição de saberes;-----
- 8.º - O encerramento de recursos educativos constitui-se como fator de desertificação das localidades, principalmente as rurais.-----

Assim:

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a 30 de abril de 2012, nos Paços do Concelho, manifesta-se contra o encerramento de escolas básicas do 1.º ciclo e pré-primárias, no Concelho de Portalegre.-----

Acrescentou que, caso aquela Moção viesse a ter aprovação, deveria ser comunicada o teor da mesma à Direção-Regional de Educação do Alentejo, à Câmara Municipal de Portalegre, aos Conselhos Gerais dos Agrupamentos Escolas do Concelho de Portalegre e às Direções dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Portalegre. -----

Novamente no uso da palavra, António Baptista disse que, com todo o respeito que o subscritor daquela Moção lhe merecia, considerou que não seria a maneira mais correta de tratar a situação. Adiantou que não poderia votar favoravelmente uma Moção que não considerava ponto a ponto e facto a facto, ou seja, poderiam existir escolas até pedagogicamente melhores que fechavam e outras que não. Portanto, como se estavam a meter todas no “mesmo saco”, não ficaria de consciência tranquila se votasse naquelas circunstâncias porque





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não tinha a possibilidade de saber, concretamente, quais eram as escolas que iriam fechar.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 7 votos contra e 5 abstenções, em 31 presenças, aprovar a respetiva Moção.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que gostaria de colocar uma questão à Presidente da Câmara, quanto ao estado da Escola Prática da Guarda e à sua localização no Concelho? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que, por motivos de saúde não esteve presente no compromisso de honra da GNR e não sabia propriamente o contexto em que algumas declarações foram proferidas sobre o assunto. Contudo, lembrou o que já havia sido dito anteriormente de como existia vontade política para que a referida escola ficasse em Portalegre e o facto de ser já um ponto assente por parte do Ministério da Administração Interna (MAI). Disse, inclusive, que caberia à GNR, juntamente com o MAI, tentarem encontrar uma situação ideal para a construção da escola. Relevou o facto de existir já um espaço disponibilizado pela Câmara Municipal de Portalegre e existiam ainda outros espaços que poderiam ser equacionados. Por último, informou que iria fazer diligências, no sentido de procurar saber algo mais sobre a questão, o mais breve possível. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que lhe ficou uma dúvida que se prendia com a localização da dita escola, uma vez que achava que o mesmo seria a contento de todas as partes, desde logo do Município. No entanto, o MAI através do seu secretário de Estado, disse que apenas existiam “riscos de lápis” no papel. Além de que tinham ali sido confrontados pela Presidente com outras possibilidades para a localização da construção. Portanto, presumia daquelas palavras que as localizações que tinham em mente fossem concretas e gostaria pois que a Presidente esclarecesse àquela Assembleia quais as que foram apresentadas à GNR e qual a avaliação primária deles, relativamente às mesmas? -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara referiu que o espaço disponibilizado pela Câmara tinha a ver com a zona industrial, como sendo o ideal para a construção da escola da GNR. Lembrou que, a nível do Ministério da Economia não existia muita verba disponível para se fazerem edifícios de raiz. E, portanto, a aposta seria na reabilitação e na regeneração urbana. Disse inclusive que o MAI lhe falou na possibilidade de se encontrarem outros espaços e colocaram em cima da mesa a questão se a Câmara estaria interessada no edifício da Junta Autónoma das Estradas. No entanto, aquele espaço não pertence à Câmara Municipal de Portalegre e, pelo que foi informada, era pedido o valor de 1 milhão e 200 mil euros pela compra do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mesmo. Evidentemente que o MAI tem que se entender com a GNR, uma vez que a GNR não pretende reabilitação urbana, mas sim um edifício de raiz. Disse também que, não poderia comentar a afirmação do Secretário de Estado, uma vez que não sabia, propriamente, o contexto em que foi dito. No entanto, podia informar que a GNR, primeiro que tudo, teria de fazer um programa que, de acordo com os montantes em causa, levará a um concurso para um projeto internacional. Portanto, atualmente, ainda não existia nenhum projeto, pois terá de haver um entendimento entre os vários Ministérios e a GNR e, cumulativamente, a Câmara será a entidade intermediária. -----

### **Declaração Política** - Adriano Capote (CDU)

O 25 de Abril criou um dos motores do desenvolvimento do País – o poder local.-----

38 anos depois vemos, para além de uma proposta de reorganização administrativa economicista, o poder central – Ministério das Finanças – aumentar a sua retenção do IMI de 2,5% para 7,5%, o que vem agravar e penalizar o papel e a vida das Autarquias.-----

Por outro lado, e a propósito de medidas europeias e do “Dia do Trabalhador”, Portugal tem, neste momento, um dos mais baixos custos do trabalho da U.E. – Mas temos a Liberdade!-----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, em relação ao novo Centro de Formação da GNR, temia que tivessem ali outro caso idêntico ao ocorrido com a Central de Camionagem e que acabasse por deitar por terra tudo aquilo que com muito esforço foi conseguido por muitos intervenientes, no sentido de garantir a continuidade daquele Centro de Formação em Portalegre e de garantir que o mesmo funcione com toda a dignidade e potencial que o mesmo tinha, para crescer e alavancar a economia local. Perante tal, perguntou à Presidente da Câmara se as supostas intenções que a GNR lhe colocou foram dadas a conhecer ao Executivo Municipal, o qual tinha votado recentemente algumas alterações, em sede de plano de pormenor da zona industrial, para que aquele equipamento ali pudesse ser implantado? Disse ainda que até se justificava o entusiasmo com que, numa Assembleia Municipal e junto dos órgãos de comunicação social, a Presidente anunciou uma suposta solução para o Centro de Formação em causa. Contudo, as pessoas não deveriam ser somente entusiasmantes na gestão municipal, quando as notícias, aparentemente, eram boas. Disse ser também necessário entusiasmo e alguma clareza para que se dissesse, a quem de direito, a verdade sobre aquele processo. Ainda relativamente a alguns dados novos ali introduzidos pela Presidente da Câmara, importantes para a Cidade, referiu que poucos dos membros ali presentes tinham conhecimento dos mesmos e estranhou o facto de que, entre as afirmações do Secretário de Estado da Administração Interna, que já tinham sido proferidos há mais de uma semana, até à presente data,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ainda ninguém do Executivo Municipal tivesse prestado os devidos esclarecimentos à população acerca de um processo tão importante como aquele. Portanto, lamentou a atitude e disse que em questões como aquela teriam de ter o mesmo papel quando as notícias eram boas e esperançosas, ou quando eram menos boas. -----

Novamente no uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que, em relação à forma entusiástica como tinha anunciado a situação, a mesma tinha sido também de forma extemporânea e foi provocado, não pela sua pessoa, mas porque estavam e plenas negociações, quando alguém se lembrou de dizer que a Escola da GNR era uma realidade. Recordou-se de que, na altura, não fez nenhuma intervenção, porque alguém falou antes do tempo, o que originou, de certo modo, um retrocesso. Relembrou o facto de quando alguém ali foi, pessoalmente, pedir desculpa à Presidente da Câmara. No entanto, ressaltou que tem feito todas as diligências no sentido da Escola da GNR cá ficar e, pelo que lhe foi transmitido, a mesma não iria sair de Portalegre. Reafirmou haver vontade política para que a Escola cá fique e a questão era saber onde e como é que ia ser feita. No entanto, relevou que em cima da mesa estarão sempre todas as possibilidades que a Câmara puder apresentar. Disse ainda que voltaria a contactar os dois Ministérios, o da Economia e o da Administração Interna, e a própria GNR, para apurar melhor as coisas. -----

No uso da palavra, António Baptista, tendo em consideração que aquele ponto que o PS iniciou já dizia respeito ao ponto 1 da ordem de trabalhos, sugeriu que se transitasse para o mesmo. No entanto, teceu alguns considerandos: em primeiro lugar, achou curioso que o membro Miguel Monteiro tivesse dito que o trabalho para manter cá a Escola da GNR foi desenvolvido por muitos. Nas últimas deslocações de membros do executivo orçamental ao Distrito, tinha conhecimento da questão e sabia que, na prática, se iria consubstanciar que a Escola da GNR fosse para a Figueira da Foz. Disse inclusive que, todo e qualquer processo começava com um risco a carvão no papel. Portanto, na sua opinião, era preferível dizer que já tinham um risco no papel, do que anunciarem medidas e não estar nenhum risco feito. Disse também que os governantes deveriam encarar aquilo que querem fazer e não se escorarem a irem à Figueira da Foz dizer uma coisa e cá anunciarem outra, pois da realidade que tem tido conhecimento havia, efetivamente, vontade para que a Escola da GNR permanecesse em Portalegre e não se deslocasse para a Figueira da Foz, o que seria importante para que se mantenha cá um meio de desenvolvimento para a Cidade. Perguntou ainda à Presidente da Câmara se, dos contactos que teve com o Governo, qual a disponibilidade que tinham demonstrado para manterem cá a Escola? E se poderia avançar alguns dos edifícios a que a Câmara estaria disposta a ajudar o Governo para estabelecerem a Escola cá, criando as sinergias para tal?-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara informou que a abertura do Governo não podia ser melhor. A prova era o facto de existir atualmente um contingente de 550 homens, o que nunca acontecera na Cidade, porque geralmente têm estado cerca de 350. Também lhe foi dado como certo que continuarão a vir formandos e, assim sendo, a Escola da GNR ficará em Portalegre. Relativamente ao facto de ser o Ministério da Administração Interna (MAI) a decidir o assunto, pareceu-lhe não ser tão linear como faziam crer, uma vez que a GNR não era propriamente uma Direção-Geral do MAI e, portanto, teriam de se entender entre eles. Referiu ainda que, da parte da GNR, existia também vontade; Contudo, considerava ser uma vontade condicionada a um espaço novo, algo que, do outro lado, não era tão viável. Referiu que, sempre que possível, tem contactado o Governo. Por fim e quanto aos espaços, disse existirem alguns deles que não eram da Câmara, mas sim do Ministério da Defesa. Contudo, estavam todos em cima da mesa para análise e que um dos espaços a ser também equacionado era o edifício do Instituto da Juventude, uma vez que poderiam ser destinados vários espaços, dentro da Cidade.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, em política, não valia tudo. Em relação ao processo da GNR, o qual disse ser um investimento da Administração Central, a Câmara Municipal de Portalegre tinha de ser um organismo facilitador, pois era o maior interessado. Na sua opinião, o PS nunca se interessou pelo projeto e sempre o menosprezou. Contudo e para sua admiração, agora é que se mostravam muito preocupados. Disse ainda que, do que veio a público, existiam duas grandes linhas de força nas afirmações do Secretário de Estado, porque tinha mostrado honestidade no assunto, ao contrário de outros que tinham maquetes e plantas, mas o resultado tinha sido nulo. Acrescentou que, ao longo dos anos, o PS arvorou-se em levar bandeiras para a discussão política, mas depois não concretizaram nada e acabaram por deprimir os cidadãos do Distrito. Perguntou, inclusive, quantas datas é que o PS tinha fixado para a Escola da GNR, para o Centro de Hemodiálise, para a Barragem do Pisão, etc.? Portanto, apenas destruíram o que eram as forças vivas da região e acabaram por desgastar certas situações, num combate político inconsequente.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que inicialmente não estava muito preocupado com o estabelecimento da Escola da GNR em Portalegre, mas que depois das intervenções anteriores ficou deveras preocupado, porque o PS apenas tinha pedido esclarecimentos que suscitaram uma reação irracional do deputado Cristóvão Crespo, o qual, como já ali se verificou em questões anteriores, tinha sempre informação privilegiada relativamente a certas temáticas. Portanto, as palavras que o mesmo proferiu deixaram-no preocupado, uma vez que todos se recordavam da posição “bizarra” que tinha acontecido naquela Assembleia, aquando de um suposto pedido de desculpas à Presidente da Câmara. Na sua opinião, nunca acreditou que as declarações que tiveram origem naquele pedido de desculpas adiantassem ou atrasassem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

as negociações, porque as mesmas não se refletiam nos atrasos ou nos avanços proferidos por uma patente da GNR. Mais referiu que, quanto ao “sumo” da questão e embora a Presidente da Câmara dissesse estar atenta, o que se pedia a uma Presidente não era, propriamente, o facto de ter de estar atenta mas sim que atuava e que teria mantido conversações com o Comandante-geral da GNR e com o MAI; assim como deveria informar que as negociações tivessem ocorrido antes, durante e depois das declarações do Secretário de Estado. Portanto, se efetivamente a Presidente manteve conversações com aquelas duas instituições, tinha ficado por esclarecer de que tipo foram as mesmas. Disse ainda que a Escola Prática da GNR já chegou a ter mais de 600 homens e não há muito tempo. Portanto, para o PS, a posição era clara: ou novo, ou reabilitado, mas em Portalegre! Porque, se era para ser novo, o PS tinha em mente a localização ideal, a qual já estaria definida há muito; sempre entenderam que uma zona industrial tão alargada não servia para os objetivos a que se propunha e, portanto, seria necessário realocar investimento público, o qual estaria destinado em terrenos para a zona das Coutadas, naquele espaço. Por outro lado, se fosse reabilitado, pois não deviam andar a inventar, existia um edifício já pronto para a finalidade prevista, que era precisamente o próprio edifício onde mantém a atividade. Obviamente que necessitaria de intervenção significativa e melhorias, mas era amplo e tinha espaço suficiente. Disse ainda que a Presidente da Câmara deveria ter cuidado com as afirmações que proferia, pela simples razão de que quando disse que colocava em cima da mesa a possibilidade do edifício do IPJ, deu a entender que tinha perdido a esperança de que aqueles serviços voltassem a ter a pujança necessária para Portalegre, bem como o nível a que habituaram os Portalegrenses. Concluiu, dizendo que era aquele descrédito e falta de esperança no futuro que poderia ser colocada a qualquer um dos mortais, menos a quem liderava o Executivo Municipal do Concelho de Portalegre.-----

A Presidente da Câmara disse que, quando a notícia saiu, não foi efetivamente um suposto pedido de desculpa, mas sim um verdadeiro pedido de desculpa. Na altura, as negociações estavam ao nível do Diretor do MAI e do Comandante da Escola da GNR e ainda não tinha chegado ao Comandante-Geral, nem aos Secretários de Estado. No seu entender, havia coisas que se faziam e que se diziam, as quais levavam a que se voltasse um pouco atrás e, portanto, seria necessário entender que, da parte do Município da Figueira da Foz também existia grande vontade para que a dita Escola da GNR lá ficasse. Obviamente que ele se mexeram para tentar alcançar o mesmo propósito. Portanto, a atitude do Comandante da GNR foi extemporânea, ele próprio se penalizou. Além de ter também havido um aproveitamento político por parte do PS. Informou ainda ter-lhe sido transmitido que na rádio Portalegre, passou a notícia de que a Escola da GNR se devia ao Partido Socialista; Tal facto não correspondia à verdade, uma vez que ninguém do PS esteve presente na reunião em que se colocou em cima da mesa o espaço na zona industrial; Apenas ela esteve presente e a Vereadora Ana Manteiga; Podiam confirmar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pelas atas disponíveis e assinadas por todos os intervenientes nas referidas reuniões. Por fim, lembrou que os contactos que teve foram com a GNR, o Comandante-Geral, o Secretário de Estado da Administração Interna e o Secretário de Estado da Economia; Apenas não lhe foi possível estar presente no dia do Compromisso de Honra. Reafirmou estar atenta, não no sentido de ver passar as coisas, mas sendo interveniente ativa no processo e uma prova disso foi o facto de ter conseguido que lhe dissessem que a Escol da GNR ficaria em Portalegre. Ainda relativamente aos espaços, foram espaços levantados sem se ter a certeza de serem colocados; assim como não perdia a esperança de ver reativado o espaço do IPJ. O espaço onde se encontrava atualmente a Escola de formação também estava em cima da mesa, contudo existia outra questão: não seriam somente 550 homens a vir para Portalegre, mas sim 950 e mais 300 para dar instrução; logo o espaço em si será um problema. Os espaços estavam apontados, as soluções apresentadas e os Ministérios teriam de entrar em acordo; perante tal, disse ir pressionar para que entrassem em acordo o mais breve possível.-----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que, quando há cerca de 15 anos atrás, Portalegre percebeu que a Escola Prática de Formação de Praças da GNR poderia ser cá, ofereceu instalações novas, num espaço novo, de forma a discutir e a competir com outros pontos do País, também interessados na mesma e em 1200 consumidores, provavelmente garantes de alguma economia, onde se inserissem. Se somassem os anos e os tempos em que cada um dos partidos (PS e PSD) já se se tinham acrescentado à referida Escola Prática e mais atuações na Cidade, então teriam mais um século. Acrescentou que só Portalegre não conseguiria virar a definição e a decisão política lá de cima. Mais disse que os dois últimos Presidentes de Câmara têm sido “enganados” com a vontade política, ou não, do Ministério da Administração Interna em manter cá a Escola. Lembrou que para o número de homens atrás referidos já existia um equipamento do estado, na Figueira da Foz, onde foram gastos investimentos, antes da promessa ao Presidente Mata Cáceres, o qual estava disponível para albergar os formandos. Embora haja vontade política de manter a discussão, disse que o que era necessário fazer era explicar ao Ministro da Economia e ao da Administração Interna que a saída da Escola daqui para outro sítio qualquer irá “matar” uma Cidade que ainda tinha vida. Acrescentou que os custos que o Governo tinha em mente, que ainda não eram mensuráveis, eram muito maiores do que os custos de uma instalação nova. Os “remendos” em edifícios velhos dentro da Cidade não custava mais do que construir de novo. Portanto, sugeriu ao PS e PSD que deixassem de fazer contas de anos e anos, em que prometem coisas e que, de uma vez por todas, explicassem a este Governo que só era economicista e “demo-liberal” que os custos, para além dos que se medem nos balanços, também existiam a nível social, os quais não se mediam. Por fim, referiu que temos todos os argumentos para dizer que a Escola da GNR deverá cá ficar e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

se não houver uma nova, temos o espaço atual, o qual até era um belo espaço.-----

A Presidente da Câmara disse que o plano de discussão punha em causa a Escola sair de Portalegre. Afirmou que a Escola ficaria cá, porque foi o que lhe disseram. Envidaria todos os esforços para que passasse para o papel, para que na próxima Assembleia Municipal não houvessem dúvidas. Mais disse que os argumentos que o membro Capote referiu anteriormente, foram os mesmos utilizados junto do Ministério da Administração Interna e junto do Ministério da Economia. Porém, o que acontecia era que existia mais dinheiro disponível para reabilitação e regeneração urbana do que para equipamentos novos feitos de raiz. No entanto, os dois cenários estavam em cima da mesa.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse ter tido um déjà vu quando a Presidente justificou a possibilidade do emperro das negociações, aquando das declarações da alta patente da GNR. Porque a mesma disse que mantinha conversações com o Diretor-Geral do MAI e com o Comandante da Escola Prática da Guarda e, obviamente, o déjà vu que lhe ocorreu foi o da Central de Camionagem. Todos já tinham percebido que quem detinha o poder de decisão não era nem o Diretor-Geral do MAI, nem o Comandante da Escola Prática da Guarda, mas sim o Ministro. No entanto, desta vez, Presidente precaveu-se pois existiam atas. Contudo, considerou que a Presidente da Câmara continuava a falar com as pessoas erradas. Disse ainda que o facto de a Presidente ter chamado aproveitamento político a uma emissão de opinião quanto à localização de um equipamento público, construído com dinheiros do Estado, em Portalegre, era falta de bom senso. Relembrou que aquilo que foi dito por eleitos do PS foi que lhes parecia muito bem a localização proposta, pelas pessoas erradas, na Zona Industrial e que a mesma localização ia ao encontro das posições políticas da Cidade, que o PS tinha para o Concelho de Portalegre. Por último, acrescentou estar tranquilo nas palavras da Presidente, quanto à localização da Escola Prática da Guarda, em Portalegre, mas não estava seguro no que dizia respeito ao estado de irascibilidade do deputado Cristóvão Crespo e depois de a Presidente ter proferido uma frase, na qual justificou a localização da Escola com um desabafo, uma vez que nas palavras do membro Crespo, tais promessas “de boca” já haviam sido muitas vezes firmadas. Perante o que disse, esperava que as atas servissem para alguma coisa.-----

Novamente no uso da palavra, a Presidente de Câmara referiu que, embora não estivesse presente na visita do Secretário de Estado a Portalegre, os órgãos de comunicação registaram as palavras do mesmo quando afirmou que a Escola da GNR era para ficar em Portalegre. Ainda em relação aos “riscos e rabiscos” do antigo projeto da GNR, foi-lhe dito que não havia mais nada de concreto, porque quando solicitou que lhe mostrassem o dito projeto, aquilo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que lhe responderam foi que não valia a pena, porque efetivamente não existia nada.-----

Novamente no uso da palavra António Baptista, relativamente ao que disse Adriano Capote, disse que, de facto, existia uma grande diferença entre as promessas dos anteriores membros da Administração Interna do anterior Governo e o atual, pois acreditava que este estaria em total coesão e a trabalhar em prol do País e não em prol das suas cores partidárias. Disse que questão era simples, porque a diferença entre o que se dizia cá era diferente do que se dizia na Figueira da Foz e do que se dizia em Lisboa. Contudo, agora já se tinha passado à frente e já se discutia o modo em que iria ser feito e o local. Eventualmente ainda seria um passo curto, mas se anteriormente todos os passos tivessem sido curtos e dados passo após passo, não tinham chegado a situações onde chegaram e que tornaram muitos dos passos inviáveis atualmente. Relativamente ao que disse o membro Luís Testa, referiu que este Governo falava a uma só voz, fossem Diretores Gerais ou Secretários de Estado, Ministros, quer quisessem ou não aceitar a realidade. Concluindo, disse ter a máxima confiança no Diretor-Geral e no Ministro e o que ali tentaram fazer foi atacar o Governo, dizendo que não estão a avançar na Escola da GNR, quando se sabia que era o oposto. O que ali tentaram fazer foi um número simpático para a comunicação social, ao dizerem que o Governo não cumpria, o que não era verdade, conforme ficou demonstrado. -----

### **ORDEM DO DIA:**

**1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;**

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

**2 – Ata n.º 16 relativa à sessão ordinária, realizada em 27.02.2012;**

Presente a Acta referente à última sessão da Assembleia, acima mencionada. -

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a respetiva ata.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### 3 – Águas do Norte Alentejano/Estação de Tratamento de Águas Residuais da Urra – Reconhecimento de interesse público;

- Deliberação de 2012.04.16 -

Presente requerimento das Águas do Norte Alentejano, S.A., de 28.03.2012, a solicitar o reconhecimento de interesse público da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Urra e a emissão de uma declaração que manifeste o Interesse Municipal da obra em causa, com Informação do DUOM, de 03.04.2012, a propor que seja reconhecido o interesse público e a emissão da declaração que manifeste o Interesse Municipal da obra, devendo o mesmo ser posteriormente aprovado pela Assembleia Municipal. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Urra e a emissão de declaração que manifeste o Interesse Municipal da obra.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 13 votos contra e 15 a favor, aprovar por unanimidade o reconhecimento do interesse público da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Urra. -----

### 4 – Afetação de duas parcelas de terreno, com a área de 250,00 m<sup>2</sup> e 540,00 m<sup>2</sup> destinada ao alargamento da Rua da Nave Longa e Rua da Mendonça, freguesia da Urra;

- Deliberação de 2012.04.16 –

Presente informação n.º 1148 da Divisão de Estudos e Projectos, de 13 de março de 2012, referente à avaliação de parcelas de terreno, com a área de 250,00m<sup>2</sup> e 540,00m<sup>2</sup>, destinada ao alargamento da Rua da Nave Longa – Caia e Rua da Mendonça – Urra, respetivamente. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aceitar a doação das seguintes parcelas de terreno: -----

a) Parcela de terreno com a área de 540,00m<sup>2</sup>, a confrontar de norte e nascente com Maria Luísa Pombo Candeias, de sul com Rua António Batista Tavares e de ponte com Rua da Mendonça, destinada ao alargamento da Rua da Mendonça – Urra, a desanexar da parte rústica do prédio misto, sito e denominado, “Fernando Miranda”, freguesia da Urra, neste concelho, inscrito na matriz a parte rústica sob o art.º 171 da Seção L, e a parte urbana sob o art.º 1392, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 543, propriedade de Luísa Maria Pombo Candeias, à qual foi atribuído o valor de 5.400,00€, ficando a cargo do Município de Portalegre, a execução do muro com altura variável entre 0,80m e 1,40m, incluindo vedação em rede ovelheira com 1,00m de altura.-----

b) Parcela de terreno com a área de 250,00m<sup>2</sup>, a confrontar de norte e poente com Rua da Nave Longa, de sul e nascente com herdeiros de Abílio António



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ribeiro Leitão, destinada à construção do parque de estacionamento na Rua da Nave Longa, a desanexar da parte rústica do prédio misto, sito e denominado, “Dourada”, freguesia da Urra, neste concelho, inscrito na matriz a parte rústica sob o art.º 82 da Seção H, e a parte urbana sob o art.º 677 descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1271, propriedade de Abílio António Ribeiro Leitão – Cabeça de Casal da Herança de, à qual foi atribuído o valor de 2.500,00€, ficando a cargo do Município de Portalegre, a restituição da vedação à propriedade, na extensão necessária à execução da obra, com a construção de um muro em blocos de cimento com altura de 1,00m, assente sobre fundação em betão. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento.-----

### 5 – Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, referente ao ano de 2011;

- Deliberação de 2012.04.16 –

Presentes os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, referente ao ano de 2011. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento em causa.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos supra referidos. -----

### 6 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes/Contratos para prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho para o biénio de 2012/2013 e para o Controlo analítico da qualidade da água e efluentes 2012/2013 – Realização da despesa plurianual;

- Deliberação de 2012.04.16 –

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, de 11 de abril de 2012, a remeter o contrato para prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho para o biénio 2012/2013 e para controlo analítico da qualidade da água e efluentes 2012/2013 – Realização da despesa plurianual. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar. Foi também deliberado por unanimidade, autorizar a “cessão contratual - controlo analítico da qualidade da água e efluentes 2012/2013. -----

Mais foi ainda deliberado por unanimidade, autorizar o pagamento à CIMAA, da realização das análises, já efetuadas ou a efetuar, até ser concedida a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

autorização para a realização da despesa plurianual, considerando que, pelas suas características não pode ser interrompida. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, o assunto atrás mencionado. -----

**7 – Autorização para celebração de contratos plurianuais – Cessão da Posição Contratual - Prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho e Controlo analítico da qualidade da água e efluentes;**  
- Deliberação de 2012.04.16 –

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, de 12 de abril de 2012, relativo à autorização para celebração de contratos plurianuais - contrato para prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho para o biénio 2012/2013 – Cessão da posição contratual. A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento supra indicado.-----

**8 – Prestação de Contas da Câmara Municipal de Portalegre, referente ao ano de 2011;**

Presente Prestação de Contas da Câmara Municipal de Portalegre, referente ao ano de 2011. A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade, retirar os assuntos, considerando que as contas ainda não foram certificadas pelo ROC. -----

A Presidente da Câmara informou que tinham uns quadros demonstrativos para apresentar e acrescentou que durante aquele exercício os resultados da Autarquia foram afetados por diferentes variantes, mais ou menos, previsíveis e, portanto, foram tomados vários procedimentos ao nível da receita e da despesa, com vista a minimizar os efeitos das mesmas. Disse ser ainda de refletir a recessão dos mercados imobiliários, o aumento do desemprego, a constante escalada de preços dos combustíveis e a alteração da taxa do IVA na eletricidade. Portanto, tentaram maximizar a eficiência de execução do orçamento da receita corrente e de capital, nomeadamente ao nível do esforço de aproveitamento das obras comparticipadas por fundos comunitários e do recurso a receitas extraordinárias, as quais foram muito afetadas pela envolvente económica e de retração que o País atravessa. Mais referiu que, simultaneamente, aumentaram o esforço de redução da despesa corrente, afeta ao funcionamento, de forma a permitir uma maior canalização das verbas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para a liquidação de dívidas a curto prazo e de médio e longo prazo, conforme se veio a verificar. De seguida, explicou aos membros os dados presentes nos quadros demonstrativos. No final, ressaltou que os dados obtidos por via das receitas não eram tão favoráveis, uma vez que se tratavam de componentes mais premiáveis, obviamente, à conjuntura económica e financeira em que o País se encontra, designadamente ao nível das taxas de juro do mercado imobiliário e da subida do IVA, etc. Saliu também os resultados obtidos relativamente à redução do endividamento líquido, na ordem de menos 13.01% e uma redução significativa da dívida global do Município em menos 8.65%, resultante de uma diminuição de 14.70% de despesas de curto prazo e de 7.04% de médio e longo prazo. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro pretendeu colocar uma pergunta à Presidente, que era se, dos dados ali apresentados, qual considerava ter sido o maior peso para que aquela redução do passivo e das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo, tenha diminuído? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que tudo contribuiu e tentou-se pagar a dívida ao máximo possível. A diminuição das despesas correntes também foi significativa. Os dinheiros comunitários que entraram foram abater a dívida.-----

Novamente no uso da palavra, Miguel Monteiro disse que preferia que fosse a Presidente a dar aquelas respostas, de forma concreta, porque efetivamente estavam ali as diminuições que ocorreram nas dívidas do Município de Portalegre, no mapa resumo apresentado e aquilo que sistematicamente se tinha feito passar era que muito daquela diminuição da dívida se devia a uma suposta racionalização de recursos camarários, altamente exemplar, os quais permitiram que, de repente, a dívida tivesse baixado de uns assustadores 52 milhões de euros para uns, não menos assustadores, 48 milhões. No entanto, considerou que não seria descabido que, naquele mesmo resumo, tivesse sido apresentado o mapa relativo às dívidas de curto prazo que tinham para com a Câmara Municipal, onde afinal se verificou que aquela oscilação na diminuição da dívida era, exatamente, a mesma oscilação, com algumas variáveis, que sofreu aquela rubrica, ou melhor, as dívidas de curto prazo que outros tinham para com a Câmara foram reduzidas na mesma proporção em que o passivo foi abatido pela Câmara. Portanto, o que pretendia dizer com tal observação era que aquela redução se deveu, essencialmente, ao pagamento de alguns valores em atraso, de alguns projetos para com a Câmara Municipal e que a mesma se serviu para abater nalguma dívida existente. Mais disse que, relativamente à execução daquele orçamento, aliás da prestação de contas feita com base no orçamento anteriormente apresentado para 2011, se todos estavam recordados foi apresentada já como sendo realista, pois era para pagar dívida. Aquele orçamento que agora sim, como se a força política que apoiou aquilo durante anos tivesse atualmente uma opinião completamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

diferente daquela que apoiava “às cegas” durante anos consecutivos, ali na Assembleia, ou melhor, os outros orçamentos foram altamente realistas e empolados e que atualmente alcançaram a virtude e apresentavam ali orçamentos concretos e reais, que serviam para pagar dívida. Referiu que o que se esperaria de um orçamento daqueles, com um alto nível de contenção, que servia única e exclusivamente para pagar dívida e uma vez que o investimento da Câmara parou, erra que a taxa de execução orçamental fosse maior do que a verificada. Porque o que se continuava, uma vez mais, a verificar era que o conjunto de dívidas que o Município tinha continuava grande. Deu os exemplos de que na Escola da Praceta não foi gasto um cêntimo; nas escolas rurais continuava a faltar dinheiro para pagar dívidas existentes em 2011; a extensão de saúde da Urra; no CAEP existia um orçamento de cerca de 8.000 € para conservação e gastaram 890,00 €, o que era relevante porque aquele edifício precisa de ser devidamente conservado para que não exista mais um “elefante branco” na Cidade; os apoios de carácter social para investimento nas instituições foram orçamentados em cerca de 63.000 € e pagaram-se somente 5.000 €. Portanto, se aquele orçamento, que teve como base o exercício de 2011 e que teve agora aquela execução, mas que ainda assim deixou para trás um volume grande de dívidas, significava que, apesar de tudo, aquele ainda não foi o orçamento para pagar dívidas. Os números indicavam que se tinham pago algumas, contudo a execução do mesmo, no que dizia respeito às rubricas atrás mencionadas e as que mais afetam as associações locais continuavam a ser o parente pobre da política da atual Câmara. Relevou o facto das Juntas de Freguesia continuarem a ter verbas absolutamente inadmissíveis em atraso e aquelas associações de carácter social e cultural e desportivas continuavam a ter dinheiro por receber. Por último, era louvável algum esforço mas, no entender do grupo municipal do PS, existia uma grande falta de respeito pelas nossas associações e pelas nossas Freguesias, que não consumiam assim tantos recursos à Câmara Municipal de Portalegre e que, pelo contrário, já provaram no terreno que os recursos que eram para lá canalizados eram produtivos e bem aplicados. -----

Novamente no uso da palavra, a Presidente da Câmara referiu que, obviamente, o ideal seria não haver dívidas mas a realidade era que tinham 52.000.000,00 € de dívida e que, atualmente, passaram para 48.328.000,00 €. Sem querer descurar as associações culturais e desportivas, disse que tinha que tomar opções e os compromissos com bancos, já contratualizados, não podiam falhar. No entanto, tem sido feito um esforço, não só pelo Executivo Municipal, como pelos funcionários da Câmara e, de facto, foram cerca de 600.000,00 € de despesas correntes que diminuíram, assim como o quadro de pessoal, ajudas de custo, etc., fitas com muito rigor e contenção. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse não estar muito enganado ao afirmar que a Presidente da Câmara não teria percebido muito bem o alcance da intervenção do seu colega Miguel Monteiro. Pois aquilo que foi dito foi que o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Município recebeu um avultado montante de devedores de curto prazo; também se verificou que o município “travou” o investimento público, pois não havia obra nova e nada estava sequer planeado para avançar. No entanto, quando a Presidente afirmou existir uma racionalização da despesa corrente, os números apontavam consistentemente que o valor de redução da dívida era muito semelhante ao primeiro fator. Ou melhor, para onde é que foram os recursos relativos à capacidade fundamental que o Município tem de ter quanto ao investimento público e onde é que foram reafectados os recursos que diziam respeito à racionalização da despesa? Mais referiu que o PS não admitiria outra resposta que não fosse a seguinte: “ Estes recursos foram utilizados para que não se “esmagasse” rapidamente a economia local e para que não se deixasse à míngua as instituições e as freguesias e que fossem reafectados no apoio às associações culturais desportivas e sociais do Concelho.” Na sua opinião, o que acontecia e o que a realidade demonstrava, dia após dia, era que aquele cenário não tinha sido o escolhido pela Câmara, porque se houve recebimento por parte da Câmara de devedores a curto prazo, que importavam na redução da dívida, se houve racionalização das despesas correntes e travagem no investimento público, o facto principal era que as associações culturais, desportivas e sociais continuavam à míngua e de mão estendida, porque pessoas que davam o seu tempo e se esforçavam, teriam tudo para ser louvadas e não verem-se constrangidas perante o facto de andarem na “pedinchice” que o Município as colocou. Mais disse que, quanto às juntas de freguesia, cujo papel tinha de ser louvado por todos os munícipes e muito mais pelos eleitos da autarquia, porque todos sabiam que quanto mais se descia o nível do poder público, mais fácil era reduzir o investimento aplicado dos dinheiros públicos. Efetivamente, aquele “tostão” que era tão bem aplicado pelas freguesias em geral, não tem sido, porque anteriormente o mesmo era compromisso do Município, nas transferências para as Freguesias e, atualmente não tinha chegado aos seus destinatários. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse que deveriam centrar aquele debate na importância de uma prestação de contas. Naturalmente que a Câmara Municipal tinha de apresentar as suas contas, o que considerou ser um trabalho técnico de grande responsabilidade, mas havia também um lado político que não era menos importante naquela obrigação legal da Câmara, chegados ao final do mês de abril e terem de prestar contas da sua atividade e daquilo que gastou para a executar. Perante tal, referiu que lhe tinha sido difícil descortinar o atrás referido naquele documento técnico que lhes chegou. Portanto, considerou ser aquela a grande lacuna na prestação de contas da Câmara Municipal. Disse ainda que, embora a Presidente da Câmara tivesse o cuidado de explicar o quadro resumo, na perspetiva do seu grupo teria sido muito importante que, no documento enviado aos membros daquela Assembleia tivesse sido incluída uma introdução que centrasse na atividade as contas que depois estavam refletidas nos quadros, porque o que interessava à população de Portalegre era saber como é que o dinheiro tinha sido gasto,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

onde foi gasto, o que é que se tinha recebido e o que é se gastou, assim como o que tinha ficado por fazer. Na sua opinião, tal questão deveria ser clarificada por parte do Executivo Municipal quando prestou contas, uma vez que sendo um ato público, não poderia ser reduzido a uma mera formalidade técnica. Acrescentou que, no dito quadro, tinha sido apresentado um grau de execução da despesa de 41%, o que significaria que cerca de 60% daquilo que estava previsto ficou por fazer e era necessário explicar o que é que ficara por fazer, bem como as opções de natureza política que estavam por trás. Não deixou de referir também que a própria minuta da ata que lhes foi entregue, no seu ponto de vista, não era fácil de ler, pois não percebeu se existia uma ou duas deliberações. Concluindo, disse que perante a apresentação feita da prestação de contas, se tornava difícil a aprovação da parte da CDU. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara quis fazer uma retificação e disse que a taxa de execução da despesa tinha sido de 72,22% e que relativamente às despesas de capital tinham obtido um grau de execução de 61,70%, assim como a taxa de execução das despesas correntes tinha sido de 82,63%.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Pargana solicitou para que passassem novamente o quadro de execução da despesa. De facto, verificava-se a correção do seu lamento e da falta de informação por parte da Câmara pois o valor não constava no respetivo mapa. -----

A Presidente da Câmara admitiu que o valor não constava no quadro, conforme deveria. Aceitou, pois, o reparo do membro Pargana e acrescentou que o valor lá mencionado era em relação ao funcionamento. -----

Usando da palavra, Miguel Monteiro disse que a forma como os números lhes foram apresentados foi de uma forma global e chamou a atenção para a demonstração de resultados, onde os custos com o pessoal não diminuíram, assim como a própria rubrica de fornecimentos e serviços externos também tinha aumentado, ao contrário do que ali se tinham deixado entender. Houve ainda outras rubricas, da demonstração de resultados, no que dizia respeito aos custos que diminuíram significativamente e, dali, os resultados obtidos. Referiu que também havia um documento que, a seu ver, teria sido importante disponibilizar aos membros e que era o respeitante à ata da reunião de Câmara de 02 de abril de 2012; não era um documento de somenos importância porque o mesmo, desde logo, daria uma forte orientação política àquilo que era a consolidação de contas, o que tinha sido o “cavalo de batalha” do PS, e que era a consolidação de contas entre o Município e a Fundação Robinson. Por último e contrariando algumas afirmações que subestimavam a capacidade de empenho do departamento financeiro da Câmara, pretendeu louvar o mesmo na resolução daqueles sucessivos problemas na consolidação das referidas contas. Disse ainda que, nunca como atualmente, a atividade da Fundação Robinson, na esfera do Município, iria ser monitorizada e acompanhada, pois



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

só assim é que teriam números claros na Câmara Municipal e, portanto, louvou novamente a atitude daqueles que sempre se bateram por tal e dos que inverteram as suas posições, a bem das contas municipais e do Concelho de Portalegre. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse não saber explicar contabilisticamente a questão do orçamento, na parte da diminuição das despesas com o pessoal, mas teriam a ver com acréscimos e diferimentos. No entanto, solicitou ao chefe da divisão financeira que prestasse uma explicação mais ampla, se necessário. Ainda em relação à consolidação, voltou a referir que se congratulava com a mesma e houve, efetivamente, um grande esforço da parte de todos os envolvidos na mesma, mas sem dúvida alguma que sempre ali disse que era desejável fazê-la. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o esforço da divisão financeira foi notável, mas a principal dificuldade não se prendera com a técnica e os utensílios utilizados pela mesma, mas sim com o afastar de algumas “nebulosas” que pairavam sobre algumas cabeças. Mais disse que competia aos técnicos elaborar o seu trabalho o melhor possível e os resultados objetivos do seu trabalho é que fizeram suscitar dúvidas existenciais em alguns dos protagonistas. Requereu ao Presidente da Mesa que antes de deliberarem sobre o ponto em questão, lhes fosse concedido cinco minutos para reunirem.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 15 abstenções e 16 a favor, aprovar as contas do Município. -----

### **Declaração de voto – PS (Luís Testa)**

O Grupo municipal do Partido Socialista, tendo em conta que o documento, tecnicamente, está fundamentado e elaborado da forma conveniente mas não corresponde à atividade política da Câmara e àquilo que eram os anseios da população, nem às opções corretas, do nosso ponto de vista, para o investimento público e para o uso dos dinheiros públicos. Entende, pois, o PS abster-se, remetendo também para a declaração de voto que foi feita pelos Vereadores do PS, aquando da votação em reunião de Câmara. -----

### **Declaração de voto – PSD (António Biscainho)**

Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Portalegre aprovam a prestação de contas 2011 do Município, por considerarem que da mesma e de forma totalmente clara, objetiva e sem margem para dúvidas, fica bem patente o esforço de transparência e de rigor que o Executivo Municipal colocou na gestão efetuada ao longo de 2011, em termos financeiros e orçamentais. Consideramos ser ainda de realçar pela positiva e por serem extremamente meritórios os resultados alcançados, em tempos que não são nada fáceis, no





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que diz respeito à correta e eficiente gestão e cumprimento do orçamento disponível. Congratulamo-nos com o trabalho efetuado e com resultados atingidos. Só prosseguindo uma gestão rigorosa e equilibrada, como a que nos foi apresentada e que acabámos de votar, poderemos aspirar a ultrapassar a difícil situação em que nos encontramos e continuar a trilhar o caminho da esperança. Louvamos, por tudo isto, o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal, liderado por autarcas eleitos pelo Partido Social Democrata.-----

### **Declaração de voto – CDU (Luís Pargana)**

Os eleitos da CDU abstiveram-se e subscrevem a Declaração de Voto do Vereador da CDU, na Câmara Municipal, apresentando-a também para fundamentar o sentido do seu voto, nesta sessão da Assembleia.-----

### **Declaração de voto – CDS-PP (António Baptista)**

Pelas razões enunciadas pelo Luís Testa, em relação ao conteúdo do relatório e ao conteúdo das prestações de contas, em termos técnicos e formais, e como não se trata de um voto político, porque o voto político far-se-á noutra altura, entendo que a votação correta era a votação a favor. Porque aqui estava apenas a votar-se o relatório e não a questão política.-----

O Presidente da Mesa esclareceu que as duas folhas que foram distribuídas aos membros, no início da sessão, relativamente às duas declarações de voto feitas no Executivo, eram apenas correções feitas às declarações de voto iniciais. A do PS mantinha-se a que foi distribuída juntamente com a documentação para a sessão da Assembleia. -----

### **Aprovação em Minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efectuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

### **FALTAS:**

=====

Não foram marcadas faltas.-----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 17.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 23.40 h, do dia 30 de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

abril do ano de 2012 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário(a) da Mesa, a redigi e subscrevo.